O PAPEL DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

THAIS MARTINAZZI FERREIRA MASCHIO

RESUMO

Na literatura encontram-se várias referências quanto à importância do meio familiar no processo de aprendizagem da criança. Segundo Marturano (1998), a influência do ambiente familiar no aprendizado escolar é amplamente reconhecida. Porém, não se deve atribuir a ela toda a carga de responsabilidade pelo desempenho escolar do aluno. As características da criança e a escola também influem. Sendo assim, este artigo construiu-se através de pesquisas bibliográficas e apresentou como objetivo refletir e pesquisar a necessidade e a importância da relação escola-família, tendo as intervenções do psicopedagogo como elo, na busca de propiciar uma aprendizagem significativa na educação do aluno.

Palavras-Chave: Escola-família. Processo de aprendizagem. Inclusão

1. INTRODUÇÃO

O Dia Nacional da Família na Escola foi criado em 2001, pelo Ministério da Educação para conscientizar pais, educadores e toda a sociedade sobre a importância da união entre a escola e a família na formação dos alunos. Inúmeros exemplos vivenciados mostram que a escola melhora quando a família está presente. Se a família se interessa pela escola, a criança se interessa mais pelos estudos. E melhora o relacionamento da família com a criança e vice-versa.

A família desempenha um papel importante na formação do indivíduo, pois permite e possibilita a constituição de sua essencialidade. É nela que o homem concebe suas raízes e torna-se um ser capaz de elaboração, alargador de competências próprias. A família é, portanto, a primeira instituição social formadora da criança. Ela depende, em grande parte, da personalidade do adulto que a criança virá a ser.

Se é na família que se constituem a alegria, os desejos do homem, é na escola que o indivíduo deve encontrar alicerce para sua formação elaborada. Porém, as coisas não acontecem como deveriam em contexto escolar. A escola tem sido um local de transmissão do saber e não de desenvolvimento de competências integrais do aluno, competências essas essenciais na inserção social. Entende-se que deva ser papel do educador o desenvolvimento do ser humano numa desmistificação de que somente o conhecimento pronto e acabado é que vale. O desenvolvimento e o uso ativo de um contexto afetivo em sala de aula são fundamentais ao educando. A escola deve ser um local de alegria e ampliação de vontades e desejos, principalmente do desejo de aprender, pois na escola a criança recebe formação cultural tornando-se membro da sociedade.

A instituição escolar é local de desenvolvimento do saber e não de retaliação do aluno e castração de anseios. Família e escola devem aliar-se no objetivo de formar um aluno capaz e "bem resolvido" afetivamente porque, é justamente neste fator, que estão as disposições em aprender e conhecer mais e mais, construindo e firmando o conhecimento em

apoios realmente sólidos.

No contexto da educação, vem sendo discutida com maior ênfase, a necessidade de uma participação efetiva das famílias na instituição escolar. Tal preocupação pode ser visualizada tanto nas propostas presentes na legislação educacional vigente, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), n. 9.394/96, como também em outras pesquisas e publicações, a exemplo do Jornal do MEC.

No que se refere à legislação, a Constituição Federal, em seu artigo 205, afirma que "a educação é direito de todos e dever do Estado e da família". No título II, do artigo 1° da LDB, a redação é alterada para "a educação é dever da família e do Estado", mudando a ordem de propriedade em que o termo família aparece antes do termo Estado. Se a família passa a ter uma maior responsabilidade com a educação, é necessário que as instituições família/escola mantenham uma relação que possibilite a realização de uma educação de qualidade.

No desenvolvimento deste artigo emergiram algumas questões de estudo que nortearam toda a investigação, a saber: Em que medida o papel da família, da escola e do professor pode contribuir para que os educandos superem suas dificuldades de aprendizagem escolares? Como levar a família a participar da vida escolar do seu filho? Qual a importância do professor, do pedagogo e do psicopedagogo dentro das instituições de ensino?

A busca de conhecimento de como se relacionar com o aluno que possui dificuldade de aprendizagem escolar é de extrema importância para as famílias e educadores, pois objetivando uma melhor interação com o referido aluno favorecerá seu desenvolvimento, superação ou minimização das dificuldades de aprendizagem.

2 - A VISÃO AFETIVA ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA

Desde os primeiros instantes de nascido o homem recebe a influência e a afetividade da atmosfera familiar. Consequentemente, a vida afetiva de uma pessoa tem uma longa trajetória pela educação nos convívios familiar e social.

Sabe-se que a educação não formal constitui-se num dos pilares essenciais na construção do eu. O desenrolar desta implicará num desenvolvimento harmônico e não do indivíduo.

A educação da criança deve primar a dominação dos instintos, uma vez que tem que inibir, proibir, reprimir. Sabe-se que a ausência de restrições e de orientações pode deseducar em vez de promover uma educação saudável. As angústias são inevitáveis, mas a repressão excessiva dos impulsos pode originar distúrbios neuróticos. O problema, portanto, é encontrar um equilíbrio entre proibições e permissões – eis a questão fundamental da educação. (KUPFER, 1989, p.46). Percebe-se ser impossível o desenvolvimento do indivíduo fortuitamente. A educação do contexto familiar influencia no desenvolvimento da autoconfiança da criança, formando-a e constituindo-a, enquanto ser humano completo. Os anseios, os desejos e as expectativas familiares que envolvem a criança, promovem bemestar e equilíbrio quando dosados e colocados à

disposição de maneira correta.

Todo educador sabe que o apoio da família é crucial no desempenho escolar. Segundo um estudo publicado no Journal of Family Psychology, da Associação Americana de Psicologia, as crianças que frequentam festas e reuniões familiares têm mais saúde, melhor desempenho escolar e maior estabilidade emocional. E mesmo o SAEB/99 (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica), apontou que nas escolas que contam com a parceria dos pais, em que há trocas de informações com o diretor e os professores, os alunos aprendem melhor.

Diversos educadores brasileiros também defendem que a família realize um acompanhamento da escola, verificando se seus objetivos estão sendo devidamente alcançados.

Essa atuação dos pais ainda é bem rara, de acordo com os resultados de pesquisa realizada pelo Observatório do Universo Escolar. Essa instituição ouviu mais de cem pais e educadores da rede pública e privada de todo país e constatou que só 13% das escolas públicas mantêm um relacionamento próximo com a família. Por outro lado, 43,7% dos pais de alunos da rede pública acreditam que, se fossem promovidos mais encontros e palestras interessantes, haveria maior integração com a escola.

Por que pais e professores ainda não conseguem se entender? Segundo a mesma pesquisa, a maior parte dos educadores atribui aos pais a origem dos problemas de disciplina e apontam como fatores o novo modelo familiar, no qual os adultos permanecem pouco tempo em casa, ou ainda aquele que apresenta uma organização diferente da tradicional. Assim, muitas crianças vão à escola para ser educadas e algumas, para serem criadas.

A consciência de que a fase decisiva é a que antecede a escola obrigatória tem levado um número crescente de estudiosos a propor que a criança seja atendida mais cedo, com única solução para compensar as desvantagens que atingem as crianças mais pobres, dando-lhes melhores chances de sucesso quando mais tarde entrarem na escola. (CECCON, OLIVEIRA e OLIVEIRA, 1999,p. 87).

O cruzamento de dados do SAEB revela que a nota dos alunos é melhor quando pais e professores se conhecem. Foi comprovado que a nota dos alunos é mais alta quando os pais possuem maior escolaridade ou são mais atuantes na vida acadêmica de seus filhos. Na quarta série, por exemplo, a nota média de Português dos estudantes, cujos pais não conhecem o professor e o diretor é de 165,24. Quando o pai participa da vida escolar do filho, a nota sobe para 174,14. O mesmo acontece em Matemática, 178,11 contra 184,80.

2.1 DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM E SEU DIAGNÓSTICO

As dificuldades de aprendizagem, segundo Rogers (1988), podem significar uma alteração no aprendizado específico da leitura e escrita, ou alterações genéricas do processo de aprendizagem, no qual outros aspectos, além da leitura e escrita, podem estar comprometidos (orgânico, motor, intelectual, social e emocional).

Conforme consta em Polity (1998),

o termo Dificuldade de Aprendizagem é definido pelo Instituto Nacional de Saúde Mental (EUA) da seguinte forma:

Dificuldade de Aprendizagem é uma desordem que afeta as habilidades pessoais do sujeito em interpretar o que é visto, ouvido ou relacionar essas informações vindas de diferentes partes do cérebro. Essas limitações podem aparecer de diferentes formas: dificuldades específicas no falar, no escrever, coordenação motora, autocontrole, ou atenção. Essas dificuldades abrangem os trabalhos escolares e podem impedir o aprendizado da leitura, da escrita ou da matemática. Essas manifestações podem ocorrer durante toda a vida do sujeito, afetando várias facetas: trabalhos escolares, rotina diária, vida familiar, amizades e diversões. Em algumas pessoas as manifestações dessas desordens são aparentes. Em outras, aparece apenas um aspecto isolado do problema, causando impacto em outras áreas da vida. (POLITY, 1998, p.73).

Segundo a autora, esse termo é definido de várias maneiras, por diferentes autores, diferindo-se quanto à origem: orgânica, intelectual/cognitiva e emocional (incluindo-se aí a familiar). O que se observa na maioria dos casos é um entrelaçamento desses aspectos.

Para a compreensão das possíveis alterações no processo de aprendizagem é necessário considerar-se tanto as condições internas do organismo (aspecto anátomo-funcional e cognitivo), quanto às condições externas (estímulos recebidos do meio-ambiente) ao indivíduo.

Segundo Rogers (1988) fatores como linguagem, inteligência, dinâmica familiar, afetividade, motivação e escolaridade, deve desenvolver-se de forma integrada para que o processo se efetive.

Este trabalho refere-se ao papel da família no desenvolvimento da aprendizagem da criança quanto ao aspecto psicológico, emocional, social e de estimulação dos aspectos cognitivos.

Sabe-se que as crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, geralmente, possuem uma baixa autoestima em função de seus fracassos e que esses sentimentos podem estar vinculados aos comportamentos de desinteresse por determinadas atividades, tempo de atenção diminuído, falta de concentração e outros.

A família, desconhecendo as necessidades da criança e a maneira apropriada de lidar com esses aspectos, muitas vezes, necessita de orientações que lhe dê suporte e lhe possibilite ajudar seu filho. Fatores como motivação, formas de comunicação, estresses existentes no lar, influenciam o desempenho da criança no processo de aprendizagem, e os professores, muitas vezes, sentem-se limitados quanto às orientações a serem dadas pela falta de conhecimento aprofundado sobre os diversos aspectos familiares que podem contribuir para um resultado mais desejável.

Vários comportamentos manifestados pelas mães também levam a questionar a respeito da influência familiar sobre a aprendizagem. Segundo Marturano (1999), há mães que demonstram excessiva ansiedade quanto à superação da dificuldade da criança; outras que se mostram impacientes quanto ao desempenho insatisfatório que o filho apresenta; mães

que atribuem todo o problema à criança e a caracterizam como "preguiçosa", "lerda", "distraída"; mães que negam a dificuldade que a criança demonstra; mães que não acompanham as atividades de seu filho e mães que punem a criança pelo seu fracasso nas atividades escolares.

Isso acontece pelo fato de os pais desconhecerem como ocorre a aprendizagem e, portanto, necessitam de orientações específicas a esse respeito. Sabe-se, também, que, muitas vezes, os conflitos familiares estão associados a essas manifestações e que as relações familiares são relevantes no desenvolvimento da criança, havendo, portanto, a necessidade de maior compreensão desse processo, por parte dos profissionais, para que possam intervir de forma mais abrangente diante da problemática.

Em muitos casos, em um trabalho especializado com crianças apresentando dificuldade de aprendizagem, não é suficiente transmitir aos pais as atividades específicas a serem realizadas; outros aspectos ligados à família, à escola ou relacionados a dificuldades em outras áreas do desenvolvimento também estão presentes, e é necessário ouvir os pais, analisar a situação e buscar caminhos que facilitem o desenvolvimento global da criança. Alguns pais confiam seus filhos com dificuldade de aprendizagem aos professores acreditando que o mau desempenho da criança seja proveniente apenas de si mesma, sem questionar sua possível participação nessas alterações.

A importância da participação da família no processo de aprendizagem é inegável e a necessidade de se esclarecer e instrumentalizar os pais quanto às suas possibilidades em ajudar seus filhos com dificuldades de aprendizagem é evidenciada ao manifestarem suas dúvidas, inseguranças e falta de conhecimento em como fazê-lo.

Conforme Martins (2001), essa problemática gera nos pais sentimentos de angústia e ansiedade por se sentirem impossibilitados de lidar de maneira acertada com a situação.

Acredita-se que um programa de intervenção familiar seja de fundamental importância para o desenvolvimento e aprendizagem da criança. O relacionamento familiar, a disponibilidade e interesse dos pais na orientação educacional de seus filhos, são aspectos indispensáveis de ajuda à criança. Em um trabalho de orientação a pais, de acordo com Polity (1998), é possível despertar a sensibilidade dos mesmos para a importância destes aspectos, dando-lhes a oportunidade de falar sobre seus sentimentos, expectativas, e esclarecendo-lhes quanto às necessidades da criança e estratégias que facilitam o seu desenvolvimento.

Através das experiências e relações interpessoais, a família pode promover o desenvolvimento intelectual, emocional e social da criança. Ela pode criar situações no dia-a-dia que estimularão esses aspectos, desde que esteja desperta para isso. Além disso, a participação da criança nas atividades rotineiras do lar e a formação de hábitos também são importantes na aquisição dos requisitos básicos para a aprendizagem, pois estimulam a organização interna e a habilidade para o 'fazer', de maneira geral (MARTURANO, 1998, p.32).

A família tem um papel central no desenvolvimento da criança, pois é dentro dela que se realizam as aprendizagens básicas necessárias para o desenvolvimento na sociedade, como a linguagem, sistema de valores, controle da impulsividade. As características da criança também são determinadas pelos grupos sociais que frequenta e pelas características próprias, como temperamento.

As crianças possuem uma tendência natural, instintiva que as direciona ao desenvolvimento de suas potencialidades. Os pais devem ter conhecimento desse processo para que não dificultem ou impeçam o crescimento espontâneo da criança. Pela falta de compreensão da natureza e necessidades básicas do ser humano, os pais, muitas vezes, prejudicam a busca do próprio desenvolvimento, pela criança. O modo como os pais lidam com seus filhos pode ajudá-los no desenvolvimento das suas potencialidades e no relacionamento com o mundo, possibilitando-lhes o enriquecimento pessoal através das experiências que o meio lhes proporciona.

O processo educativo (desenvolvimento gradativo da capacidade física, intelectual e moral do ser humano) familiar deve ser adequado para possibilitar à criança o sucesso na aprendizagem, proporcionando-lhe a motivação, o interesse e a concentração necessária para a apreensão do conhecimento.

A adequação desse processo compreende o atendimento às necessidades da criança quanto à presença dos pais compartilhando suas experiências e sentimentos, orientação firme quanto aos comportamentos adequados, possibilidade de escolhas, certa autonomia nas suas ações, organização da sua rotina, oportunidade constante de aprendizagem e respeito e valorização como pessoa.

A criança necessita de equilíbrio entre condutas disciplinares e diálogo, compreensão e carinho. Num processo educativo os pais experienciam a necessidade de um trabalho de autoanálise, de reestruturação de seus comportamentos, crenças, sentimentos e desejos. Os pais precisam conquistar em relação a si mesmos, primeiramente, o que querem que os filhos sejam: justos, disciplinados, honestos, responsáveis (GRUNSPUN, 1985, p.48).

Esse processo ocorre nas vivências do dia-a-dia, na medida em que pais e filhos comunicam-se de maneira transparente e sincera, falando de suas percepções, suas dúvidas, objetivos, emoções, aprendendo uns com os outros.

Criar filhos não significa torná-los perfeitos, pois os pais têm muitas dúvidas e estão sujeitos a muitas falhas; mas o que é necessário é tentar identificar os conflitos e desfazê-los, aprendendo a conviver com essas situações. Através dos conflitos os pais desenvolvem a percepção de si mesmos e de seus filhos. Essas situações estimulam pais e filhos a instalar um diálogo verdadeiro, expondo o entendimento e sentimento em relação às experiências cotidianas.

Por outro lado, aspectos fundamentais do processo educativo revelam que os pais devem ter respeito sobre o que o filho sente, mas cabe a eles negar com firmeza e determinação as atitudes que possam contrariar o que desejam para a

educação de seus filhos (TIBA, 1999, p.43).

Dificuldades escolares apresentadas pelas crianças, relacionadas à falta de concentração e indisciplina ocorrem e podem ser causadas pela ausência de limites. A primeira geração educou os filhos de maneira patriarcal, isto é, os filhos eram obrigados a cumprir as determinações que lhes eram impostas pelo pai. A geração seguinte contestou esse sistema educacional e agiu de maneira oposta, através da permissividade. Os jovens ficaram sem padrões de comportamentos e limites, formando uma geração com mais liberdade do que responsabilidade.

Tanto na família quanto na escola, há necessidade de orientação às crianças quanto às regras disciplinares, para que elas possam desenvolver a capacidade de concentração e de apreensão dos conceitos. A aprendizagem se dá de maneira gradativa e não será possível sem a participação ativa do aluno, de maneira disciplinada, orientada. (TIBA, 1999, p.45).

Os pais devem preparar os filhos para arcarem com suas responsabilidades. Na medida em que a criança vai aprendendo a cuidar de si mesma, vai experimentando a sensação gratificante da capacidade de enfrentar desafios. E cada realização é um aprendizado que servirá de base para um novo aprendizado. Assim, realizando suas vontades e necessidades, a criança vai gostando de si mesma, desenvolvendo a autoestima.

O relacionamento familiar também é fundamental no processo educativo. A criança estará muito mais receptiva às instruções dos pais, se os membros da família se respeitarem entre si, procurando conversar e colaborar um com o outro. É importante a participação dos pais na vida dos filhos, numa convivência com companheiros, compartilhando emoções, o que contribui muito para a disciplina.

Todos esses aspectos citados e muitos outros são fundamentais para que o desenvolvimento da criança se efetive. Portanto, a família necessita da ajuda dos profissionais na aquisição desses conhecimentos básicos e essenciais para que possa cumprir seu papel de facilitadora do processo de aprendizagem de seus filhos, através de comportamentos mais adaptativos.

2.2 A INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E PSICOPEDAGÓGICA NESTE CONTEXTO

A intervenção psicopedagógica veio introduzir uma contribuição mais rica no enfoque pedagógico. O processo de aprendizagem da criança é compreendido como um processo abrangente, implicando componentes de vários eixos de estruturação: afetivos, cognitivos, motores, sociais, políticos, etc. A causa do sucesso de aprendizagem, bem como de suas dificuldades, deixa de ser localizada somente no aluno e no professor e passa a ser vista como um processo maior com inúmeras variáveis que precisam ser apreendidas com bastante cuidado pelo professor e psicopedagogo.

Segundo Marcelino (1998), outro problema grave a ser ressaltado é uma concepção redutora do modelo piagetiano que tem sido adotada em boa parte dos cursos de Pedagogia, no qual são privilegiadas apenas as colocações iniciais da sua obra. Ela tem direcionado os

professores a conceberem o processo de ensinoaprendizagem de uma maneira estática, universalista e atemporal. Com isto ficam de fora as contribuições mais importantes de Piaget em relação aos processos de equilibração e reequilibração das estruturas cognitivas.

O educador já não se defronta com um processo linear de crescimento e desenvolvimento, tanto no desenvolvimento intrínseco como na expressão, mas com um realizar-se descontínuo no quais fases e períodos se entrecruzam se opõem dialeticamente, oposições de que resulta uma nova estruturação. Paragens, acelerações, saltos bruscos são a expressão formal. Isto altera completamente o panorama da pedagogia graduada: se o desenvolvimento não é contínuo e ininterruptamente acelerado e progressivo, como se lhe adequará uma educação regulada por grandes períodos de desenvolvimento? Como pretender apreender a instabilidade do desenvolvimento pela instabilidade de um processo educativo que se mede por anos? Os fins da pedagogia não deveriam apontar para o homem futuro, o que realmente será permanente e atuante, e não para as etapas da idade evolutiva? .

Esta visão aponta um deslocamento de uma vertente universalista atemporal para uma vertente particularista temporal.

Oliveira (1995) revela alguns dos aspectos fundamentais deste processo. “Segundo a autora, o fundamental é perceber o aluno em toda a sua singularidade, captá-lo em toda a sua especificidade em um programa direcionado a atender às suas necessidades especiais”.

É a percepção desta singularidade que vai comandar o processo e não um modelo universal de desenvolvimento. Isto porque o uso do modelo universalista camufla normalmente uma concepção preestabelecida do processo de desenvolvimento do sujeito. Na intervenção psicopedagógica deve-se evitar as chamadas "profecias auto-realizadoras", isto é, prognósticos que o professor lança a respeito do processo de desenvolvimento de seu aluno sem levar em consideração o seu desempenho.

É preciso que o psicopedagogo também altere a sua forma de conceber o processo de ensino-aprendizagem. Ele não é um processo linear e contínuo que se encaminha numa única direção, mas, sim, multifacetado, apresentando paradas, saltos, transformações bruscas, etc.

O processo de ensino-aprendizagem inclui também a não aprendizagem, ou seja, a não aprendizagem não é uma exceção dentro do processo de ensinoaprendizagem, mas se encontra estreitamente vinculada a ele. O aluno pode se recusar a aprender em um determinado momento. O chamado fracasso escolar não é um processo excepcional que ocorre no sentido contrário ao processo de ensinoaprendizagem. Constitui, sim, exatamente a outra face da mesma moeda, o seu lado inverso.

O saber e o não saber estão estreitamente vinculados. O não saber se tece continuamente com o saber. Com isto, pretende-se dizer que o processo de ensinoaprendizagem, do ponto de vista psicopedagógico, apresenta sempre uma face dupla: de um lado, a aprendizagem, e do outro, a não aprendizagem.

O desejo de saber faz um par dialético com o desejo de não saber.

O jogo do saber não saber, conhecerdesconhecer e suas diferentes articulações, circulações e mobilidades, próprias de todo ser humano ou seus particulares nós e travas presentes no sintoma, é o que nós tratamos de decifrar no diagnóstico. (FERNANDES, 1991, p.87).

Neste contexto, a aprendizagem coloca em foco as diferentes dimensões do aprendiz sob a ótica integradora dos aspectos cognitivo, afetivo, orgânico e social. O "olhar" sobre estes aspectos, ao mesmo tempo em que relativiza a importância da escola na aprendizagem, coloca em foco a importância de toda a reunião de fatores extraclasse que interferem no processo de construção do conhecimento e do papel do aprendiz.

Ao considerar a aprendizagem como um processo articulado ao momento do aprendiz, a sua história e as suas possibilidades sob o aspecto cognitivo, afetivo e social, a Psicopedagogia, segundo Silva (1998):

Rompe a ligação ensino-aprendizagem, porque, tanto o aprender como processo quanto o processo de construção do conhecimento não tem relação necessária com o ensinar e, finalmente, porque ambos os processos antecedem e ultrapassam o ensinar. (SILVA, 1998, p. 59).

Sob este ponto de vista passa a existir a necessidade de o psicopedagogo investigar com profundidade os contextos do aprendiz e tentar reuni-los em uma síntese que retrata o momento desse aprendiz, ao mesmo tempo em que viabiliza a aprendizagem.

Para aprender, o aluno precisa estar apto a fazer um investimento pessoal no sentido de renovar-se com o conhecimento. Implica um movimento que envolve tanto a utilização dos recursos cognitivos mesclados com os processos internos, quanto com suas possibilidades sócio-afetivas. Vale dizer que a aprendizagem vai acontecendo à medida que o educando vai construindo uma série de significados que são resultados das interações que ele fez e continua fazendo em seu contexto social.

Popularizou-se a visão de que não basta e nem é garantia de sucesso escolar um ambiente doméstico favorável materialmente aos estudos, e uma professora interessada e competente para que a aprendizagem aconteça com sucesso. Desta forma, trabalha-se com a possibilidade do modelo de aprendizagem não se caracterizar como algo de cunho somente individual, mas também como um modelo desenvolvido em uma rede de vínculos que se estabeleceu em família.

É a família que dará noções de poder, autoridade, hierarquia, funções que têm diferentes níveis de poder e onde aprendem habilidades diversas. Aprendem ainda a adaptar-se às diferentes circunstâncias, a flexibilizar, a negociar. Enfim, desenvolverá o pertencimento da criança ao seu núcleo familiar. À medida que a criança vive em família e se submete aos seus rituais, processo e desenvolvimento, ela vai se individualizando, diferenciando-se em seu sistema familiar. Quanto mais às fronteiras entre os membros da família estiverem nítidas, mais possibilidade de individualizar-se a criança terá. Se tiver irmãos, é a oportunidade de experi-

mentar relações com iguais.

É neste cenário que a criança constrói o seu modelo de aprendiz e a forma como ela se relaciona com o conhecimento. Para a família do aluno, a escola tem uma simbologia e um significado que estará presente na forma de "ser aluno" e na sua forma de participação nas atividades escolares. A maneira pela qual a criança se integra e se entrega ao seu processo de aprendizado está diretamente relacionada à capacidade desenvolvida em família de viver o coletivo compactuado.

Para a escola do aprendiz, a família é a matriz indispensável para que o trabalho de construção do cidadão aconteça. Toda a riqueza do desenvolvimento da criança se inicia na família e vai se fortalecendo na medida em que esta vai estabelecendo sua rede relacional que, na sequência, acontece na escola e se expande para além dela. É em relação com seus pares e em um contexto democrático que a criança consolida o seu papel social de cidadã. Porém, de uma forma geral, a escola não vê com bons olhos interferências pedagógicas suscitadas pela família que, por sua vez, nem sempre aceita orientações psicopedagógicas de caráter formativo da escola.

Nesse jogo de forças quem perde são os alunos e, consequentemente, todos os envolvidos. O sucesso está na unidade e na coerência de atitudes. Eis um desafio constante que, sem dúvida, merece ser perseguido.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo possibilitou compreender que é de suma importância uma relação cordial entre família e escola, ficando claro que ambas devem caminhar juntas, pois se torna necessário este entrosamento para que os alunos tenham uma aprendizagem sequencial, na qual, os pais colaboram diretamente com as propostas da escola. E a escola se propõe interagir com a comunidade que a circunda, resultando, assim, num bom desenvolvimento e crescimento para ambas.

De acordo com a literatura pesquisada, constataram-se também os efeitos da rotulação e dos problemas de aprendizagem na escola, necessitando, ainda mais a atuação do pedagogo e do psicopedagogo dentro das instituições escolares, trabalhando com diagnósticos, auxiliando os professores na sala de aula e, principalmente, na prevenção dos casos de alunos com problemas de aprendizagem, evitando mais um fracasso escolar.

Em síntese, uma escola é funcional quando contam com forte aliança entre a comunidade, o corpo docente e o administrativo, os quais trabalham os seus conflitos através da colaboração e diálogo. Esses elementos são flexíveis em sua maneira de lidar com os conflitos, utilizando-se do conhecimento de várias técnicas e métodos adequados. As decisões são tomadas em conjunto e a participação dos alunos é solicitada, mas sem ser igualitária. Cada membro do sistema escolar tem seu papel determinado. O psicopedagogo observa e diagnostica o sistema escolar e, então, cria condições favoráveis para a resolução dos problemas que surgem, fazendo com que o ensinar e o aprender se tornem comprometidos. Sendo assim, a atuação do psicopedagogo dentro da escola exige algumas características básicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. A vida na escola e a escola da vida. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

FERNÁNDEZ. A. A inteligência aprisionada: abordagem psicopedagógica clínica da criança e da família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

GRUNSPUN, H. Autoridade dos pais e educação da liberdade. São Paulo: Almed, 1985.

KUPFER, Maria Cristina. Freud e a educação: o mestre do impossível. São Paulo: Scipione, 1989.

MARCELINO, Lourdes. Administração e supervisão escolar: questões para o novo milênio. São Paulo: Pioneira, 1998.

MARTINS, Nanci de Almeida Rezende. Análise de um trabalho de orientação a famílias de crianças com queixa de dificuldade escolar. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

MARTURANO, E. M. Ambiente familiar e aprendizagem escolar. In: C. A. Funayama (Org.). Problemas de aprendizagem: enfoque multidisciplinar. Ribeirão Preto: Legis Summa, 1998.

MARTURANO, E. M. Recursos no ambiente familiar e dificuldades de aprendizagem na escola. In: Psicologia: teoria e pesquisa, v. 15, n.2, p. 135-142, mai. ago./1999.

MASINI, Elcie F. Salzano (Org.). Psicopedagogia na escola: buscando condições para a aprendizagem significativa. São Paulo: Loyola, 1994.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento, um processo sócio-histórico. 2.ed. São Paulo: Scipione, 1995.

POLITY, E. Pensando nas dificuldades de aprendizagem à luz das relações familiares. In: POLITY, E. Psicopedagogia: um enfoque sistêmico. São Paulo: Empório do livro, 1998.

RACY, Andréa; VIEIRA, Patrícia. As dificuldades de aprendizagem na escola. Disponível em: <http://www.abpp.com.br>. Acesso em 24.jan.2022.

ROGERS, C. O tratamento clínico da criança-problema. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SILVA, Maria Cecília Almeida. Psicopedagogia: em busca de uma fundamentação teórica. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

TIBA, Içami. Disciplina na medida certa. São Paulo: Gente, 1999.